



INFORMATIVO GIAC 164, de 18 de maio de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o GIAC COVID-19 tem a informar o que se segue:

Acompanhamento das informações e medidas implementadas pelo Governo Federal no combate à pandemia

Dando continuidade ao compromisso de acompanhar as informações e medidas implementadas para combate à pandemia decorrente do coronavírus, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) informa que, nesta semana, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados promoverão audiências públicas sobre a temática "Covid-19":

- **Senado Federal**
 - [O impacto da contaminação pela Covid-19 nas gestantes e lactantes \(21/05/2021, às 10h\)](#)
- **Câmara dos Deputados**
 - [Alimentação em tempo de Covid-19 \(21/05/2021, às 9h30\)](#)

Fonte: Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19; Senado Federal e Câmara Deputados

Acompanhamento e informações relativas à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia

Considerando a instalação, em 27 de abril de 2021, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPIPANDEMIA) destinada à apuração das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da crise sanitária decorrente da Covid-19, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) acompanhará e veiculará, por meio do Informativo Giac, os desdobramentos da ação legislativa. Confira, a seguir, as audiências realizadas pela Comissão no Senado Federal, bem como a pauta prevista para os próximos dias:

- [6/5/2021- Oitiva do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga](#)
- [5/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro da Saúde Nelson Teich](#)
- [4/5/2021- Oitiva do ex-Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta](#)
- [11/5/2021- Oitiva do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\), Antonio Barra Torres](#)

- [12/5/2021 – Oitiva do ex-Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência Fábio Wajngarten](#)
- [13/5/2021 – Oitiva do Gerente Geral da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo](#)
- [18/5/2021 às 9h – Oitiva do ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo](#)
- [19/5/2021 às 9h – Oitiva do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello](#)
- [20/5/2021 às 9h – Oitiva da Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do MS, Mayra Pinheiro](#)

Para mais informações e consulta aos expedientes enviados e recebidos, planos de trabalho, textos e relatórios atinentes à CPI da Pandemia, acesse o [link](#).

Fonte: Senado Federal

MPF emitiu manifestação pela competência da Justiça estadual para julgar representação criminal sobre inobservância da lista de prioridades na vacinação contra a Covid-19

O Ministério Público Federal manifestou-se pela competência do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) para julgar representação criminal do Ministério Público Estadual (MP/AM) acerca da inobservância da fila de prioridades de vacinação contra a Covid-19 e da falta de transparência nos dados sobre a vacinação no município de Manaus. O parecer foi enviado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) em conflito negativo de competência ajuizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) contra decisão do TJAM que declarou a incompetência da Justiça local e remeteu o caso ao Tribunal federal.

Para a Subprocuradora-geral da República Ela Wiecko, que assina o parecer, o desrespeito à fila de prioridades de vacinação, inconsistências nos cadastros, como nomes repetidos e números de CPF que não conferem com os respectivos nomes e, de modo geral, falta de transparência na divulgação desses nomes "não resultam em prejuízo direto a interesse, bem ou serviço da União".

Enunciado - A Câmara Criminal (2CCR) do MPF aprovou, na segunda-feira (17), enunciado que ratifica o entendimento. Segundo o órgão superior, não é atribuição do Ministério Público Federal apurar a inobservância na lista de prioridades na vacinação contra a Covid-19, salvo se houver a implicação de algum órgão ou agente público federal. No entendimento da Câmara Criminal, a prática não induz, por si só, à existência de malversação de recursos federais ou de violação de direito ou falha referente a serviço da União ou de suas autarquias e fundações.

MPF pediu em Reclamação que Supremo anule autorização para uso de vacinas em desacordo com a ordem de prioridade do PNI

O Ministério Público Federal (MPF) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF), na segunda-feira (17), a anulação da decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), que autorizou o município de

João Pessoa (PB) a usar vacinas contra a Covid-19, em benefício de grupos menos prioritários, antes da comprovação da imunização das pessoas em situação de rua, da população privada de liberdade e dos funcionários do sistema de privação de liberdade, na ordem prevista no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19.

Pela decisão judicial, tomada no sábado (15), o município de João Pessoa poderá iniciar a vacinação de trabalhadores da área de educação, apesar de os profissionais não estarem contemplados no atual estágio de cumprimento do cronograma do Programa Nacional de Imunização (PNI). O tema também foi objeto de um pedido de suspensão de execução de liminar apresentado ao STF no domingo (16).

Para o Vice-Procurador-Geral da República, Humberto Jaques de Medeiros, subscritor da reclamação, o foco deve ser a conclusão da vacinação dos grupos de risco determinados pelo PNI, como pessoas em situação de rua, população privada de liberdade e funcionários do sistema prisional, além do prévio atingimento das metas de vacinação de grupos com maior prioridade, como idosos, pessoas com deficiência e pessoas com comorbidades.

Efeito cascata - Outro aspecto mencionado na reclamação é o risco de o cumprimento da decisão liminar gerar uma espécie de efeito cascata, levando a pedidos semelhantes em outros estados.

[Íntegra da Reclamação nº47398](#)

Texto com adaptações: Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral da República

Em reunião, Anvisa e Butantan discutiram sobre protocolo clínico da vacina da Butanvac

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Butantan realizaram reunião, na segunda-feira (17), para discutir sobre a nova versão do protocolo clínico para realização de testes em humanos da vacina Butanvac. No encontro foram abordadas as questões relacionadas aos aspectos técnicos que fazem parte do conjunto de exigências feitas pela Anvisa, em 26 de abril, e encaminhadas para a equipe técnica do Butantan responsável pelo desenvolvimento da Butanvac.

Anvisa concluiu avaliação sobre a quantidade de doses em frascos de vacina Coronavac

Após investigação para averiguar notificações recebidas sobre uma possível redução da quantidade de doses nos frascos das vacinas Coronavac, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) concluiu que não houve falha técnica no envase do imunizante e que os frascos contêm 10 doses, como previsto. Para chegar a essa conclusão, os técnicos da agência realizaram uma inspeção na linha de envase da vacina CoronaVac, no Instituto Butantan, que constatou que cada frasco tem entre 5,5 ml e 5,9 ml, o equivalente a 10 doses, já considerada a margem de segurança necessária. Também foram realizados testes de extração e a avaliação de queixas relativas a seringas e agulhas, constantes no banco de dados da autarquia.

O relatório apontou que o problema dos frascos está relacionado a erros de extração do imunizante, principalmente pelo uso de seringas inadequadas. De acordo com a avaliação técnica feita pela Anvisa,

o uso de seringas de 3 ml não seria o mais adequado para a extração das vacinas, que possuem doses de 0,5 ml.

[Íntegra do relatório da investigação](#)

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

[Pesquisa veiculada pela Fiocruz avaliou relação entre sexo e idade em quadros graves de Covid-19](#)

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) veiculou, na terça-feira (18), estudo desenvolvido por especialistas de diversas instituições nacionais e internacionais, para determinar a relação da idade, sexo e inflamação com os quadros mais graves da doença, mediante análise laboratorial. Confira a [íntegra](#).

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

[Ministério da Saúde abre consulta pública sobre incorporação de tecnologias para tratamento da Covid-19](#)

O Ministério da Saúde lançou na última sexta-feira (14) seis consultas públicas para manifestação da sociedade civil a respeito de recomendações da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia no SUS (Conitec), relativas às propostas de incorporação de tecnologias e procedimentos hospitalares para tratamento de pacientes com Covid-19. São elas:

- [Consulta Pública SCTIE/MS nº 34, de 14 de maio de 2021](#) - consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec, relativa à proposta de incorporação da vacina da Fiocruz [Vacina Covid-19 (recombinante)] e da Pfizer/Wyeth [Vacina Covid-19] para prevenção da Covid-19
- [Consulta Pública SCTIE/MS nº 35, de 14 de maio de 2021](#) - consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec, relativa à proposta de incorporação do casirivimabe + imdevimabe para o tratamento da Covid-19
- [Consulta Pública SCTIE/MS nº 36, de 14 de maio de 2021](#) - consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec, relativa à proposta de aprovação das Diretrizes Brasileiras para Tratamento Hospitalar do Paciente com Covid-19 - Capítulo 1: Uso de oxigênio, intubação orotraqueal e ventilação mecânica
- [Consulta Pública SCTIE/MS nº 37, de 14 de maio de 2021](#) - consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de

Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec, relativa à proposta de aprovação das Diretrizes Brasileiras para Tratamento Hospitalar do Paciente com Covid-19 - Capítulo 2: Tratamento Farmacológico

- [Consulta Pública SCTIE/MS nº 38, de 14 de maio de 2021](#) - consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec, relativa à proposta de incorporação do ECMO para pacientes com síndrome respiratória aguda grave decorrente de infecções virais, refratária à ventilação mecânica convencional.

Fiocruz estima a entrega de 18 milhões de vacinas AstraZeneca até junho

A Presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) informou, na segunda-feira (17), durante a visita do Ministro da Saúde às instalações de instituição, que prevê a entrega de 18 milhões de doses da vacina AstraZeneca até meados de junho. Os imunizantes já estão em processo de controle de qualidade no Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), no Rio de Janeiro.

Campanha de vacinação contra a Covid-19: Ministério da Saúde informa que superou a marca de 90 milhões de doses de vacina distribuídas em todo o território nacional

O Ministério da Saúde anunciou, na terça-feira (18), que superou a marca de 90 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 distribuídas, e que estima o envio de mais 13 milhões de doses da AstraZeneca/Fiocruz, Coronavac/Butantan e da Pfizer/BioNtech ainda esta semana.

Os imunizantes estão em fase de entrega aos estados e Distrito Federal e a previsão é de que a distribuição seja finalizada nesta quarta-feira (19).

Selecionados para mapeamento da Covid-19 no Brasil começaram a receber mensagens de textos ou Whatsapp do Ministério da Saúde com informações sobre a pesquisa

O Ministério da Saúde começou a enviar, na segunda-feira (17), mensagens via Whatsapp e SMS aos selecionados para participarem da Pesquisa de Prevalência de Infecção por Covid-19 no Brasil (PrevCov). O estudo, que mostrará o comportamento da Covid-19 no território nacional, conta com a participação de 211.129 brasileiros, em mais de 62 mil domicílios de 274 municípios.

Os participantes serão testados para identificar a presença de anticorpos do tipo IgG para a Covid-19, apontando quem já foi contaminado ou desenvolveu imunidade após a vacinação. A previsão de conclusão do estudo é para setembro deste ano.

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados extraídos do Painel Coronavírus, atualizados em 17 de maio de 2021, informam que o Brasil registra 15.657.391 casos de infecção pelo novo coronavírus e 436.537 óbitos decorrentes da doença.

Fonte: Imprensa Nacional; Ministério da Saúde

Sexta Turma do STJ reconheceu como cumprida a obrigação de comparecimento em juízo, suspensa durante a pandemia

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a um condenado, em regime aberto, o cumprimento da obrigação de se apresentar mensalmente em juízo, no período em que essa exigência esteve suspensa como prevenção à disseminação da Covid-19, sobretudo em razão do cumprimento das demais condições que lhe foram impostas na condenação.

Segundo a Relatora do Habeas Corpus nº 657.382, Ministra Laurita Vaz, a suspensão do dever de apresentação mensal em juízo atendeu à [Recomendação 62/2020](#) e à respectiva [Orientação Técnica](#) expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

[Íntegra do acórdão](#)

Fonte: Superior Tribunal de Justiça

STF julgou inconstitucional lei do Estado do Rio de Janeiro que proibia a suspensão de planos de saúde por inadimplência durante a pandemia

O Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou procedente, por maioria, a ADI 6441, ajuizada pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG), declarando inconstitucional a Lei nº 8.811/2020, do Estado do Rio de Janeiro, que autorizava o Poder Executivo a vedar a suspensão ou o cancelamento de planos de saúde por falta de pagamento durante a situação de emergência da Covid-19.

Segundo a Relatora, Ministra Cármen Lúcia, a lei fluminense ultrapassou o objetivo da proteção ao consumidor em situação de vulnerabilidade e autorizou, "de modo geral e indiscriminado", a suspensão de obrigação contratual, disciplina de Direito Civil de competência privativa da União.

Fonte: Supremo Tribunal Federal

Diário Oficial da União

Visando dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

PORTARIA GM/MS Nº 990, DE 17 DE MAIO DE 2021 - Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (Covid-19) de Estados e Municípios.

PORTARIA GM/MS Nº 991, DE 17 DE MAIO DE 2021 - Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela da Covid-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (Covid-19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Município de Francisco Beltrão.

PORTARIA GM/MS Nº 988, DE 17 DE MAIO DE 2021 - Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (Covid-19), de Estado e Municípios.

Fonte: Imprensa Nacional

O GIAC permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 99173-6539.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informação atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (GIAC) -

<http://www.conexao.mp.br/covid19/>

Conselho Nacional do Ministério Público – https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias?o=l.start_date&t%5B%5D=&hash=164b143c45a9dec2205c9ab214b89d333b4e3f4e1c9133427d8ae40f9ab65a170276dba0-fe3e6a555d0e9435de7c21bff36d96db4e2b26b5a4cf7669ab31a68&q=&w1=after&d1=&w2=before&d2=&tags%5B%5D=758&Search=

Conselho Nacional Procuradores-Gerais – <http://mpbrasileiro-coronavirus.com.br/>

Ministério Público do Trabalho – <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/dia-do-trabalhador-conheca-as-acoes-adotadas-pelo-mpt-durante-a-pandemia-da-covid-19>

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil – <https://www.anac.gov.br/coronavirus>

Agência Nacional de Energia Elétrica – <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – <http://www.anp.gov.br/noticias/5678-comunicado-acoes-da-anp-em-epoca-de-pandemia>

Agência Nacional de Saúde Suplementar – <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19>

Agência Nacional de Telecomunicações – <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2541-acoes-do-setor-de-telecomunicacoes-no-combate-ao-coronavirus>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – <http://portal.antaq.gov.br/index.php/importante-coronavirus/>

Agência Nacional de Transportes Terrestres –

http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2020/03/Confira_as_acoes_da_ANTT_em_face_do_Covid19.html

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – <http://portal.anvisa.gov.br/coronavirus>

Banco Central do Brasil – https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/medidasdecombate_covid19

Casa Civil – <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> e <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/conteudos-coronavirus/noticias-sobre-comunicacao-social>

Casa Civil (Atos Normativos) - <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MK0syn9T2AbKfzQpchzqRqAEcy6zXAnK5IxO-qALAT4/edit?usp=sharing>

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – <http://www.cade.gov.br/coronavirus>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Controladoria-Geral da União – <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus>

Fundo Nacional de Saúde - <https://portalfns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid-19>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://www.ipea.gov.br/coronavirus/>

Instituto Nacional de Propriedade Industrial – <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/tecnologias-para-covid-19/ESTUDOS>

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – <https://www4.inmetro.gov.br/coronavirus>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapacon-tracoronavirus>

Ministério da Cidadania – <http://desenvolvimentosocial.gov.br/covid-19> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>

Ministério da Defesa – <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>

Ministério da Economia - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>

Ministério da Educação -

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86791

Ministério da Justiça - <https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-confira-as-medidas-adotadas-pelo-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>

Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19>

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/covid-19>

Ministério das Relações Exteriores – <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/alertas/covid-19-assistencia-a-brasileiros>

Ministério da Saúde – <https://coronavirus.saude.gov.br/>

Ministério da Saúde (Saúde Indígena) - <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/>

Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/coronavirus.html>

Planalto – <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça – <https://www.cnj.jus.br/coronavirus/>

Superior Tribunal de Justiça - <http://www.stj.jus.br/sites/portallp/Paginas/STJ-no-Combate-ao-Coronavirus.aspx>

Supremo Tribunal Federal – https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados – <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>

Senado Federal – <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Demais instituições

Associações dos Juizes Federais do Brasil – <https://www.ajufe.org.br/imprensa/noticias-covid-19>

Associação dos Magistrados Brasileiros – https://www.amb.com.br/coronavirus-confira-decisoes-do-judiciario-relacionadas-ao-enfrentamento-da-pandemia/?doing_wp_cron=1586478574.7145249843597412109375

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – <https://www.anamatra.org.br/imprensa/coronavirus>

Associação Médica Brasileira – <https://amb.org.br/coronavirus/>

Confederação Nacional de Municípios – <https://www.cnm.org.br/criises/principal/coronavirus/todos/1>

Conselho Federal de Farmácia – <http://covid19.cff.org.br/>

Conselho Federal de Medicina – <http://portal.cfm.org.br/>

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/repositorio/>

Fundação Oswaldo Cruz – <https://portal.fiocruz.br/coronavirus>, <https://covid-19.procc.fiocruz.br/> e <https://unidos.fiocruz.br/>

Organização Mundial de Saúde - <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Organização Pan-Americana de Saúde – <https://www.paho.org/bra/> e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/>

Rede Covida – <https://covid19br.org/>

Tribunal de Contas da União – <https://portal.tcu.gov.br/coopera/>